

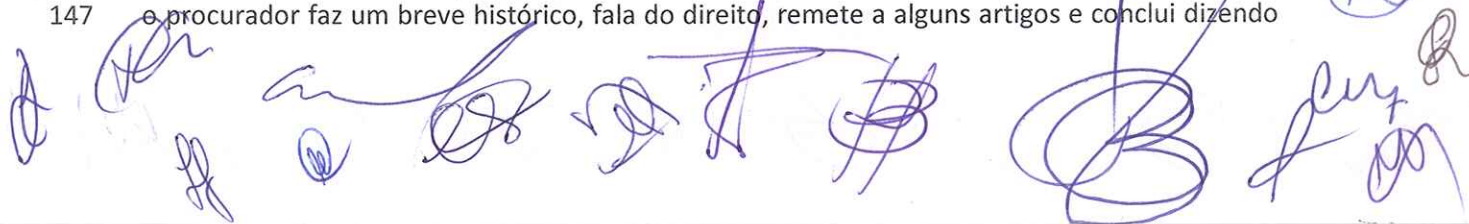
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

Reunião extraordinária de 31 de outubro de 2016
Ata 07/2016

1 Aos dez dias do mês de outubro de 2016, na Sala dos Conselhos da Reitoria, sob a presidência
2 do professor Ricardo Pereira Costa, presidente do Conselho em exercício, realizou-se reunião
3 extraordinária. Presentes os conselheiros e convidados Ana Maria Geller, Marilvana Giacomelli
4 Tavares, José Luiz Lopes Itturriet, Daltro Ben Hur de Carvalho Filho, Diego Alessandro Pereira
5 dos Santos, Braulio Sérgio Mewius, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Carlos Alberto Soares da Silva,
6 Marilice Chapper, Emanuel Marques Queiroga, Osni da Costa Rodrigues, Geraldo Dias Barbosa,
7 Pablo Machado Mendes, Emerson da Rosa Rodrigues, Letícia Rehbein Jeske, Renato Louzada
8 Meireles, Guilherme da Silva Aguiar, Roberta Bermudes dos Santos Silva, Miguel Ângelo Pereira
9 Dinis, Ana Paula Vaz Albano, Eduardo Ricardo Fleitas Alzamendi, Max Lindoberto Castro
10 Gonçalves, Célio Ziotti, Jiovana Sousa Gomes, Daiane da Silva Gomes, Bruna de Oliveira Farias,
11 André Assumpção, Fabrício Luis Haas, Fernando Barkert, Rafael Blank Leitzke, Milton Britto de
12 Almeida, Maria Regina Rosa Lima, Daiani Nogueira Luche, Silvia Elena Koth Sedrez, Alexandre
13 Pitól Boeira, Edimara Luciana Sartori, Silvana Lurdes Maschio, Gláucia Carine Tasso dos Santos,
14 Luciana Neves Loponte, Diego Afonso da Silva Lima, Marcos Roberto Prietto Schwans, Patrick
15 Lima da Silva, Ana Luiza Wickboldt Schneider, Mack Léo Pedroso, Marlise Sozio Vitcel, Alison
16 Santos Martins, Gelson Luis Peter Corrêa, Moisés Beck, Voldinei Vargas da Costa, Flávia Katrein
17 da Costa, Henrique Ziglia Maia, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Vitor de Abreu Rodrigues,
18 Aline Daiane Gonçalves Fagundes, Rafael Rodrigues Bastos, Roger Sauandaj Elias, Gustavo Fabro
19 de Azevedo, Gabriele Laís Mandler, Rafael Ávila, Everton Lima Horst, Emily da Costa Pinto e
20 Fernando Jassin Gutierrez. Justificaram a ausência os conselheiros Cláudia Redecker Schwabe,
21 Fernanda Cristina Camillo, Fábio Alexandre Winter, Isabel Castro Bonow, Ademir Dorneles de
22 Dorneles e Giselle Schweickardt. Dando início à reunião, a representante dos alunos do campus
23 Pelotas leu documento manifestando a posição contrária à reintegração do campus Pelotas, às
24 propostas de reforma propostas pelo governo; explicando as atividades realizadas durante o
25 período da ocupação e informando que agora a reitoria seria ocupada. A conselheira Daiani
26 Luche disse que o sindicato começou hoje a greve em função de todos os ataques à educação
27 que estão acontecendo; que houve reunião quinta-feira, quando a greve foi apoiada por
28 unanimidade; que hoje não há condições de continuar o trabalho; que gostaria de ler o
29 documento construído pelo Sinasefe, mas que ainda não o recebeu, portanto o leria quando o
30 recebesse. Resumiu o conteúdo do mesmo, criticando o posicionamento da gestão frente ao
31 movimento. O conselheiro Osni Rodrigues ratificou as palavras da conselheira Daiani Luche; que
32 foram chamados para uma pauta e considerando a ocupação da reitoria, acredita que a pauta
33 prioritária hoje seja definir sobre a continuidade ou não do processo eleitoral. A conselheira
34 Marlise Vitcel disse que esse é o movimento mais complexo vivido nos últimos anos e concordou
35 que a única pauta de hoje deve ser a solicitada pelo Sindicato e encaminhada pela secretaria aos
36 conselheiros, que o Conselho já foi aberto, já está trabalhando e, portanto, deve discutir e
37 deliberar sobre a paralisação ou não do calendário eleitoral; que é uma pauta complexa, que
38 tem toda a questão legal para discutir, já que tem 90 dias para encerrar todo o processo da
39 eleição, mas considerando que tem vários câmpus ocupados, Sapucaia, Charqueadas, Camaquã,
40 a reitoria, os colegas em greve, é preciso discutir essa pauta. O conselheiro Pablo Mendes disse
41 que a ocupação não impede que algumas atividades possam ser realizadas, que inclusive em seu
42 câmpus alguns TAs podem entrar e realizar atividades, como fazer pagamentos; que a reunião
43 deve continuar, porque há coisas importantes a decidir, o pessoal veio de longe, se a categoria

44 vai entrar em greve não sabe se o próximo Conselho vai ter legitimidade. O presidente em
45 exercício lembrou que, estando a reitoria ocupada, para continuar o trabalho, será necessário
46 pedir autorização ao movimento. O conselheiro Mack Pedroso lembrou que a reitoria foi
47 ocupada no início da reunião, entende que o assunto é de extrema importância, mas que todos
48 os itens da pauta também o são; que entende que todos os assuntos devem ser tratados por
49 importância e também em nível de câmpus e tem muitas questões que acha tão importantes
50 quanto o calendário; quer uma orientação quanto ao que está acontecendo nos câmpus e que
51 medidas os câmpus podem ter conjuntamente para estabelecer ou continuar; que cada câmpus
52 tem a sua situação e cada um está tentando resolver do seu jeito; que em Sapucaia os alunos
53 impediram qualquer atividade, entende que no momento que ocuparam aqui deveria ser
54 colocada em votação a continuidade ou não da reunião porque pedir para eles permissão para
55 fazer um Conselho Superior poder agir é interessante; que acha que devemos pedir, mas eles já
56 decretaram a ocupação. O conselheiro Pablo Mendes disse que em sua fala sugeriu que o
57 Conselho continue o trabalho, mas que isso não tem nada a ver com ser a favor ou contra a PEC;
58 que tem que saber separar as coisas, que tem coisas institucionais importantes a serem
59 decididas aqui. O conselheiro Eduardo Alzamendi disse que também está havendo luta em sua
60 cidade e que gostaria que a reunião continuasse porque, assim como eles estão lutando nas
61 cidades deles, viajaram e estão lutando na sua cidade, que apoia o movimento, mas o CONSUP
62 é uma coisa além e gostaria que continuasse. O conselheiro Milton Almeida falou sobre a
63 desocupação hoje do câmpus Pelotas e sobre a surpresa que teve ao chegar aqui e saber da
64 deliberação deles em ocupar a reitoria; que em primeiro lugar quer hipotecar sua solidariedade
65 aos estudantes, pois certamente quem acompanhou todo o movimento realizado durante essas
66 duas semanas de ocupação do câmpus Pelotas sabe bem da responsabilidade, da tranquilidade
67 e do compromisso dos estudantes que lá estiveram, mantendo e conservando o nome e o
68 patrimônio da instituição; em função disso entende que temos que continuar a respeitar as
69 posições dos nossos alunos; isso não significa que não tenhamos que fazer essa reunião do
70 Conselho, mas a única pauta que temos para esta reunião extraordinária é a deliberação sobre
71 o regimento para a eleição de reitor e diretores; por isso acha que a primeira atitude que temos
72 que tomar é: o processo eleitoral vai continuar, mesmo com os servidores em greve e os
73 estudantes ocupando o prédio da reitoria? Se vai continuar, façamos a reunião e deliberemos
74 sobre o regimento; se não continuar, temos que deliberar em que ponto vamos interromper, se
75 vamos interromper antes da aprovação do regimento ou depois da sua aprovação; se
76 deliberarmos que vamos interromper o processo antes da aprovação do regimento, não deve
77 haver continuidade da reunião; se deliberarmos que vamos interromper após a aprovação do
78 regimento, que se continue a reunião; esta é a proposta que faz aos conselheiros; que façamos
79 em duas etapas, primeiro, se vamos concluir o processo eleitoral ou se vamos interromper o
80 processo eleitoral; se vamos interromper, em que momento vamos interromper, antes da
81 aprovação do regimento ou posterior à aprovação do regimento. O presidente em exercício
82 pediu autorização aos conselheiros para uma fala da representante do movimento, Carol.
83 Aprovada a manifestação, a aluna disse que em questão de importância, estão aqui
84 reivindicando a PEC 241, então entre esperar 20 anos e adiar o processo eleitoral por dois meses
85 é uma questão de ter bom senso e noção; adiar por dois meses, quatro meses, qual é o peso
86 disso frente a uma emenda constitucional que vai mexer com nossa instituição e ter reflexos por
87 vinte anos para a sociedade; que o único encaminhamento que tem que sair daqui é agora é se
88 vão continuar com a reunião para passar para os alunos e ver se eles vão ou não deliberar,
89 porque neste momento não tem outra pauta a ser posta; só pra adiantar esse processo e passar
90 para os alunos, pois daqui a pouco eles vão querer vir para cá; a continuidade ou não é a única
91 pauta agora, as outras vão surgir ao longo da assembleia, se ela continuar. O conselheiro
92 Alexandre Pitol questionou a possibilidade de continuar a reunião em espaço externo à reitoria,
93 pois o fato de estarmos aqui pode gerar certo atrito com os estudantes. O presidente em
94 exercício disse que primeiro deverá ser votada a continuidade ou não da reunião, para solicitar
95 aos alunos a permissão para discutir a pauta única. A conselheira Marlise Vitcel disse ser

96 necessário conversar com os alunos para explicar-lhes a questão da legalidade do processo das
97 eleições, porque se pode ou não continuar o processo; que a gente pode se deslocar para outro
98 lugar e chegar lá só para deliberar sobre isso; que os alunos precisam entender que esta reunião
99 tem, a princípio, um ponto específico que deve ser discutido agora, que é se a gente segue o
100 processo eleitoral ou não e depois disso os colegas têm que ver o que a gente pode fazer; que
101 esse ponto o movimento Ocupa poderia negociar para o Conselho definir aqui ainda. O
102 conselheiro Pablo Mendes perguntou se a aluna sabe se, essa sessão acabando agora, antes de
103 votar, fica tudo como está e o processo eleitoral corre normal. A aluna Carol disse que gostaria
104 que fossem mais objetivos, dizendo se querem continuar aqui, para passar para o pessoal que
105 está aguardando para deliberarem ou não; que façam a votação para saber se vão ou não
106 continuar aqui. O presidente em exercício disse que também deve ficar firmado que será só esta
107 pauta específica. O conselheiro Miguel Dinis disse que o que está sendo falado sobre a
108 importância da reunião de hoje é só a definição de uma principal pauta, que é o prazo que temos
109 de 90 dias e que já foi iniciado em 5 de setembro e temos até 5 de dezembro e que é importante
110 passar isso para os alunos. O conselheiro Osni Rodrigues disse que a decisão a ser tomada é bem
111 simples, se vamos ou não continuar a reunião e, continuando a reunião, a pauta é única: a
112 suspensão ou não do processo eleitoral, não tem que analisar regimento ou qualquer outra
113 coisa; sair daqui para reunir em outro local é uma afronta ao movimento dos estudantes. A
114 conselheira Daiani Luche disse achar que o processo eleitoral já morreu, não tem mais o que
115 fazer, então tem que abrir a reunião só para suspender o processo; analisar regulamento,
116 aprovar calendário, numa situação dessas, não tem como. Então é só abrir a reunião e fechar,
117 dizendo que foi interrompido o processo, só para legitimar a ação de suspender o processo. O
118 conselheiro Péricles Thiele disse achar importante que, já que temos um representante de cada
119 segmento de cada câmpus, deve-se apoiar o movimento dos alunos; que em Charqueadas foi
120 feito isso e que está sendo bem tranquilo, bem pacífico, principalmente porque eles estão
121 defendendo nós mesmos, nossa instituição; é importante que a gente defenda eles; que a
122 questão do processo eleitoral já está morta porque acontece aqui na reitoria, assim como todos
123 os demais processos que têm prazo, é até dia 19 de novembro para empenhar tudo, então não
124 vamos empenhar mais nada porque a reitoria está ocupada, não tem mais recursos para os
125 câmpus nesse período; ano que vem a gente tem que correr atrás da máquina mas é importante
126 apoiá-los; a questão legal do processo eleitoral, vamos ter que ver depois; que concorda que se
127 abra a reunião e se protocole a suspensão do processo; que o importante no momento é apoiar
128 os alunos. O presidente em exercício colocou em votação a proposta de solicitar aos estudantes
129 a permissão para continuar a reunião analisando o ponto único de pauta – suspensão ou não do
130 processo eleitoral. A proposta foi aprovada por maioria, com cinco abstenções. O presidente
131 pediu que a representasse Carol levasse a solicitação dos conselheiros ao grupo da ocupação. O
132 presidente da COE central, Gustavo Azevedo pediu permissão para manifestar-se. Concedida,
133 disse que ele e mais quinze colegas da COE vêm se dedicando para seguir com a democracia do
134 processo, que entendem a preocupação dos alunos como a nossa também, e quer explicar as
135 consequências de não concluir o processo. O conselheiro Osni Rodrigues por questão de ordem,
136 interrompeu a fala e disse que se vamos consultar os alunos, então a reunião está suspensa e
137 não teria como fazermos ponderações agora; temos que aguardar a decisão dos alunos para dar
138 continuidade ou não na reunião. O presidente da COE disse que gostaria de concluir sua fala,
139 pois gostaria que os alunos entendessem as consequências de não concluir o processo; que
140 seguiram o que estabelece o Decreto 6.986. O conselheiro Osni Rodrigues interrompeu
141 perguntando se a questão de ordem tinha sido aceita ou não; se está sendo quebrada ela tem
142 que ser retomada. O presidente em exercício disse que devemos aguardar a resposta dos alunos.
143 A secretária do Conselho, Marilvana Tavares, antecipando-se a possíveis questionamentos
144 jurídicos dos conselheiros quanto ao termo técnico a ser utilizado, salientou tratar-se de uma
145 suspensão, não de uma interrupção e leu a conclusão da nota jurídica do procurador federal, Dr.
146 Jaci Geraldo, informando que o documento será enviado para o e-mail dos conselheiros; na nota
147 o procurador faz um breve histórico, fala do direito, remete a alguns artigos e conclui dizendo



que compete ao Conselho aferir se a possibilidade temporal para adiar o calendário eleitoral sem causar prejuízo à eleição como um todo, bem como suspender ou não o processo eleitoral; que como a resolução que abriu o processo foi deste Conselho, ele é competente para deliberar sobre a suspensão ou não do processo eleitoral. A conselheira Marlise Vitcel pediu que fosse esclarecida a diferença entre suspensão e interrupção. A secretária Marilvana Tavares explicou que quando há interrupção, o prazo volta a contar por inteiro e quando há suspensão o prazo retorna a partir da data em que parou. O presidente da COE central, Gustavo Fabro, perguntou se poderia falar agora, explicou ser novo nesse processo; disse que a COE central está preocupada com o processo eleitoral para que seja de forma democrática; se não cumprirmos os 90 dias, sabe que há possibilidade de suspensão e que corremos o risco de ter uma indicação para reitor e diretores; que estão preocupados para que não ocorra isso e gostaria de poder fazer o processo da forma mais democrática possível; que outro fator também não foi levado em conta: para realizar um processo eleitoral em 23 cidades, levar urnas, mesários, toda a logística, há um custo bastante alto e atualmente a reitoria já tem essa verba disponível e não sabemos se ano que vem teremos a verba disponível; se não ocorrer o processo eleitoral agora, essa verba vai retornar e teremos que capitalizar novamente. Corremos o risco de não poder fazer o processo eleitoral da forma com queríamos, o mais liso, tranquilo e democrático possível, então deixa esse pensamento e pediu que se lembrem que dezesseis pessoas trabalharam arduamente no prazo que foi dado, se virando com viagens, reuniões de 12 horas, discussão de regulamento e tudo isso para todos os servidores do IFSul. O conselheiro Carlos Alberto Silva disse que é preciso certa cautela em razão do que está em jogo; que ouviu atentamente as palavras do colega da COE, mas não pode concordar que um trabalho extenuante, correto que eles tenham feito seja motivo por si só para que aconteça a eleição; temos que avaliar toda a conjuntura; que ficou necessitando de esclarecimentos a partir da leitura do parecer do procurador; que palavras como cancelamento, adiamento, interrupção; que a semântica tem papel fundamental e é preciso que a gente tenha a percepção correta do que significa cada uma delas, por isso acha que é preciso discutir mais e não devemos nos precipitar; queria acrescentar que usemos a palavra que resolvermos utilizar, adiamento, interrupção, que o fator mais tem a ver com isto não é a ocupação dos alunos e sim a greve dos servidores; ontem na assembleia do Sinasefe se optou por greve; todas as pessoas que estavam lá sabiam que isso teria consequências, inclusive no processo eleitoral. Já há uma inferência sobre os procedimentos que devemos tomar, que não vê como continuar um processo eleitoral com servidores em greve, acha extremamente complicado, não só pela logística, mas pela questão do voto em si, do direito ao voto, o direito de interferir nos rumos de quem serão os dirigentes dos câmpus e do instituto, portanto a continuação *a priori* parece um raciocínio complexo de se equacionar hoje aqui; que tenderia a imaginar que devêssemos pensar em uma solução de continuidade para que, cessada a greve, pudéssemos então retornar. É preciso ficar bem claro que está colocando dúvidas aqui; muitas poucas certezas se retomar significa de aqui a uma semana fazer uma eleição não está certo; que a retomada, numa análise preliminar sem qualquer percepção mais aguçada, teria que contemplar os prazos que nós teríamos hoje; trata-se apenas de uma contribuição para reflexão dos colegas conselheiros e talvez, a partir daí, possamos interferir e debater sobre o tema. O conselheiro Osni Rodrigues disse que o serviço público é pautado nos princípios básicos da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência, no entanto essas ações devem ser pautadas além desses, no princípio da oportunidade e conveniência. Trazendo os ensinamentos de Diógenes Gasparini para ajudar, ele explica o que seria oportunidade e conveniência. Na conveniência o ato interessa, convém ao interesse público; então o que seria o público hoje neste processo eleitoral, o público não são os candidatos, não é a gestão, o público são os servidores técnico-administrativos em educação, os docentes e os alunos, que no caso não estariam contemplados exatamente durante este período que a gente tem de greve deflagrada pelos sindicatos, não só Sinasefe, mas também Asufpel e Adufpel e os que são filiados a eles no câmpus Pelotas-Visconde da Graça, assim como o movimento de ocupação dos alunos que ocorre nos demais câmpus, que não aconteceu

200 somente no câmpus Pelotas, na reitoria; temos outros câmpus onde os alunos já realizaram a
201 ocupação ou ainda vão ocupar; então é bem tranquilo para nós hoje, enquanto conselheiros,
202 definirmos pela suspensão do processo eleitoral pelo período que se fizer necessário, enquanto
203 durar a ocupação dos alunos e a greve dos servidores. A conselheira Daiani Luche disse que o
204 colega falou da democracia, que o processo tem que ser democrático, isento, mas acha que está
205 tudo comprometido no momento em que a gente está de greve; para começar, vocês não vão
206 obrigar ninguém a trabalhar, não tem como as pessoas que estão em greve trabalharem no
207 processo e outra que não tem como ser democrático, como vai ser democrático se há uma
208 quebra de ordem institucional, então a gente tem que votar pela suspensão até para garantir
209 que possa continuar depois o processo, aí sim democrático, isento, com todas essas qualidades.
210 O presidente da COE disse que vai explicar um pouco porque alguns acham que está defendendo
211 o processo eleitoral; que não está defendendo, está só fazendo uma reflexão e estava contando
212 o lado da comissão no processo eleitoral, o que o Conselho decidir irão acatar, fez a fala para
213 pensarem, tinha sido exposto um lado, quis expor outro lado, o da COE central. Não está
214 afrontando, só quis explicar o outro lado, porque não foi falado por ninguém aqui e no momento
215 que se escuta os dois lados é melhor para se tomar qualquer posição. O conselheiro Alexandre
216 Pitol disse que estava pensando no momento eleitoral anterior, quando as pessoas não puderam
217 ouvir os candidatos em debates, principalmente para a reitoria; houve em cada câmpus um
218 debate em turnos diversificados em que a parte mais significativa do câmpus não se encontrava;
219 isso foi o principal problema e uma atitude até não democrática; o debate seria o momento mais
220 importante para escutar o que se passa naquela instituição; para diretor não, cada diretor teve
221 três debates em três turnos em cada câmpus; o que ocasionou esse problema? Problemas de
222 logística, porque as pessoas têm que se deslocar para fazer os debates; acha que o ideal seria
223 pegar a questão da greve para ampliar o debate democrático; homologar de alguma forma,
224 trancar na homologação (trecho inaudível) que se faça debates nos câmpus que estão parados,
225 como atividades, que se faça grandes debates nos câmpus Pelotas, no CaVG, que se amplie a
226 questão da democracia (inaudível), suspender após a homologação e se vai suspender o
227 processo de alguma forma vamos estar acelerando o processo para quando voltar, não chegar
228 em cima da hora, para não ficar duas semanas para fazer todos os câmpus. O presidente em
229 exercício lembrou que temos uma pauta única, que é a suspensão ou continuidade do processo
230 eleitoral. O conselheiro Osni Rodrigues disse ter uma dúvida a respeito da suspensão, a partir
231 de quando ela seria, pois se a justificativa para suspender o processo for a greve dos servidores,
232 a suspensão deve ser dada desde a semana passada, quando começou o movimento e não a
233 partir de hoje, então a gente tem que pensar no desdobramento da suspensão, a partir de
234 quando ela se dará, isso é um desdobramento da suspensão. O conselheiro Carlos Alberto Silva
235 disse ser importante ver qual palavra vai se utilizar e o significado dela, para que a palavra não
236 nos prejudique no futuro; lembra do Marcelo Bender ter falado em evitar uma judicialização do
237 processo eleitoral e por esse motivo se tomou várias precauções; desde o primeiro momento
238 em que se falou em eleição se tomaram várias precauções em relação a isso, na escolha, nas
239 COEs, na composição, na representação do sindicato dentro da COE, acabou ficando como
240 convidado, todos esses cuidados foram tomados; agora, mais do que nunca, entende que a
241 gente tem que ter; que não vê como continuar o processo com a greve; é preciso definir se
242 vamos fazer uma interrupção, se vamos fazer uma adiamento, qual a melhor palavra a ser
243 utilizada para que, ao retornar, se possa a partir de onde paramos, continuar. Onde paramos?
244 No dia em que haveria a aprovação do regulamento. A COE nos mostra o regulamento que ela
245 fez, o calendário que ela fará e a partir daí vamos ter o desdobramento do processo eleitoral;
246 por isso acha importante o esclarecimento da mesa no sentido de quando for votar o
247 encaminhamento. A conselheira Marlise Vitcel disse que se está hoje no dia cinquenta e sete da
248 deflagração do processo eleitoral, a gente tem trinta e três dias, então suspendendo hoje e
249 iniciando depois da greve e das desocupações a gente vai ter trinta e três dias, é isso? É um
250 esclarecimento porque está em dúvida com todas as falas. O conselheiro Rafael Leitzke acha que
251 não porque no momento em que retornarmos da greve o que tem que se aprovado, em seu

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

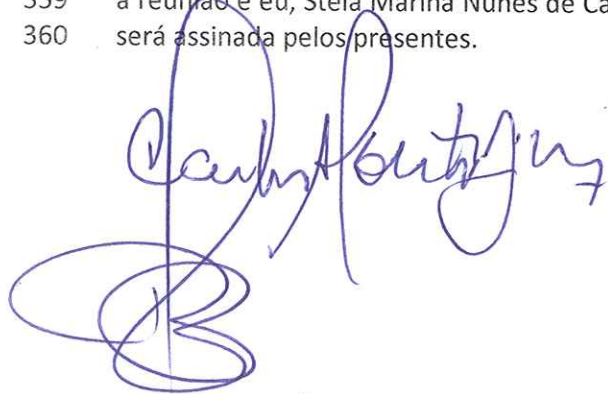
[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

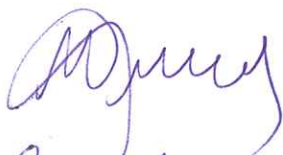
ponto de visto, são os calendários acadêmicos dos câmpus porque a gente tem que achar uma janela de trinta e três onde todos os câmpus estejam a pleno funcionamento para executar o processo eleitoral nesses trinta e três dias; não é acabou a greve conta trinta e três dias, pensa que não deve ser assim. Falando sobre prazos, o presidente da COE central, Gustavo Azevedo, mostrou qual era a ideia de procedimento; na reunião de hoje a ideia era mostrar o regulamento e abrir para discussão e na próxima extraordinária, que seria dia 7, aprová-lo, pois ia passar pelo jurídico; que vão ter que pensar se suspendemos essa extraordinária hoje sem discutir o regulamento vamos ter uma semana ou dias perdidos porque o prazo final é mantido; é o que quer deixar para pensarem; como falou o colega Pitol, provavelmente, vai acontecer o que já aconteceu porque os prazos serão curtos; nos esforçamos ao máximo para aumentar o prazo dos candidatos mas devido à data que nos passaram as atribuições e que começamos a trabalhar como COE central fizemos o máximo que pudemos e por isso está fazendo essas falas. Não é contra ou a favor, mas quer que pensem nessas coisas porque depois, mais para a frente, dúvidas surgirão, críticas surgirão, mas a COE central vê o processo como um todo, desde que começaram a trabalhar até o dia que vai ter que levar o nome dos candidatos para o MEC/SETEC, em Brasília. A conselheira Flávia Costa disse ser bem pertinente essa questão, que decidindo pela suspensão já sai o encaminhamento de como vai se retomar o processo, a partir de uma nova reunião do Conselho onde vai se definir pela continuidade. O conselheiro Osni Rodrigues disse que sua dúvida reside na definição de quando se dá o *start* da suspensão, se vai ser a data de hoje ou se vamos abrir para discussão. O conselheiro Mack Pedroso ratificou as palavras da colega Flávia, que a gente suspende, adia, mas quando retorna e quanto tempo tem a partir do momento que se retoma; que no momento que acaba a greve não pode começar a contar o calendário, tem que primeiro fazer uma reunião do Conselho e aprovar os calendários acadêmicos, isso tem que ficar bem claro. O presidente em exercício, Ricardo Costa, colocou em votação a proposta de suspensão do processo eleitoral, que foi aprovada por maioria, com dois votos contrários e quatro abstenções. Aprovada a suspensão do processo eleitoral, o presidente perguntou a partir de quando seria a suspensão. O conselheiro Osni Rodrigues disse que, se a justificativa para a suspensão do calendário eleitoral é a greve dos servidores públicos a data do início da suspensão deve ser 24 de outubro, quando foi definida em assembleia geral e iniciou a greve; que paralisação e greve é tudo a mesma coisa, seja de um dia, seja de uma semana, sendo por tempo indeterminado é greve igual; se a justificativa for a greve, o início tem que se dia 24 dia que começou a suspensão do calendário; se não formos contraditórios essa é a data da suspensão. O presidente informou que o Conselho tem autonomia para deliberar sobre essa data. O conselheiro Mack Pedroso disse que foi falado várias vezes o retorno da greve, mas acha que estaria condicionado também às desocupações. O presidente disse que isso vem com a aprovação dos calendários, o que deve acontecer quando todas as questões estiverem funcionando, tanto as ocupações quanto a greve; que os câmpus que foram ocupados terão que fazer novos calendários letivos 2016; quando voltar e não tiver mais os movimentos os novos calendários dos câmpus serão colocados neste Conselho, que deverá ter um cuidado na sua avaliação para ter coincidência de dias para executar o processo. O conselheiro Mack Pedroso disse que, então, se terminar a greve e um câmpus permanecer ocupado não pode retornar a discussão do calendário. O presidente em exercício disse que aqui está se decidindo para toda a instituição, é uma decisão do Conselho para toda a instituição, tudo tem que estar regularmente funcionando e perguntou se há dúvidas em relação a isso. O conselheiro Milton Almeida disse que entende de forma semelhante à do conselheiro Osni Rodrigues porque na verdade todos os sindicatos que representam servidores da instituição, Sinasefe, Adufpel, Asufpel estão em greve. Na verdade, embora se tenha dito aqui que há câmpus que não estão parados, a categoria como um todo está em greve. Existe sempre o livre arbítrio das pessoas que seguem ou não a orientação do seu sindicato. Esta greve não começou hoje, começou na verdade dia 24 de outubro; se a justificativa que nós temos para parar o processo eleitoral é a greve, é 24 de outubro a greve dos servidores da instituição, de todos os câmpus, então a data sim que temos que interromper é 24 de outubro e a retomada do processo todo com o prazo

304 correspondente ao 24 de outubro até fechar os noventa dias; este é o entendimento que tem
305 da questão. A conselheira Maria Regina Lima disse entender de forma contrária à do conselheiro
306 Milton Almeida, porque tivemos uma greve de 24 a 28 de outubro, a data estava estipulada, era
307 fechada a data. Paramos, fizemos assembleia e foi deflagrada a greve a partir de 31 de outubro,
308 portanto, se for contar a partir do dia 24, então não teríamos nem esta reunião que o sindicato
309 permitiu que nós fizéssemos. O conselheiro Max Gonçalves disse o que pensa sobre a greve
310 decretada a partir de 31. Na semana passada a COE se reuniu e elaborou esse documento que
311 temos aqui hoje, que devemos preservar esse trabalho, porque se estipularmos que suspende
312 dia 24, todo o trabalho feito naquela semana tem que ser desconsiderado; pensa que deve ser
313 suspensão a partir de 31 não desprestigiando o trabalho já feito pela COE, caso contrário o que
314 foi feito tem que ser desconsiderado. O presidente da COE, Gustavo Azevedo disse que, na visão
315 da COE central se a data optada for dia 24 todos os servidores ganham mais 7 dias para que
316 ocorram as eleições, o que por um lado é melhor; se há legalidade para fazer, sugere que seja
317 dia 24 a data da suspensão, em concordância com os colegas que defenderam a data. A opção
318 pelo dia 31 também é possível, mas vamos perder uma semana e os prazos vão apertar na época
319 de debates, visitas, não tem como a gente enxugar. A gente já enxugou tudo o que deu, agora
320 só dá para enxugar debates, urna, eleição, levar no MEC e assim por diante. Disse que não
321 tiveram nenhum trabalho nesse período, justamente pelo movimento que estava acontecendo,
322 e em respeito à paralisação, apenas trabalho intelectual. O conselheiro Emanuel Queiroga
323 perguntou quando o documento foi enviado para o procurador. A secretária Marilvana Tavares
324 informou que a COE central encaminhou o documento para a secretaria do Conselho na quinta-
325 feira, e que não foi encaminhado para o procurador federal. O conselheiro Miguel Dinis (trecho
326 inaudível) quem sabe isso seja, na comissão de ética da greve, entendido como um trabalho
327 essencial; se for entendido como essencial pelo sindicato, se entra nos 30 ou 40%, segue o
328 trabalho, é uma questão de análise, também entendendo o trabalho do pessoal da comissão. O
329 presidente em exercício ratificou que o Conselho tem autonomia para definir a data. Temos dia
330 24 e dia 31. O presidente da COE esclareceu que o documento em questão foi terminado dia 21,
331 sexta-feira, em Sapucaia do Sul, às 18h30. Depois foi encaminhado dia 27, como já foi dito. O
332 conselheiro Álvaro Nebel disse que o presidente da COE já manifestou sua opinião a respeito do
333 dia 24. O Sinasefe entende 24. Perguntou; 24 e 31, o que é mais interessante para a democracia?
334 Pensa que deve ser 24, teremos mais sete dias para discussões, debates, para que ocorra o
335 processo de forma mais tranquila do que foi o último processo. A questão da legalidade não é
336 dele, deve ser do dr. Jaci Geraldo, mas de antemão, diante da posição da COE que sinaliza que
337 não trabalharam durante essa semana, Sinasefe sinalizando para greve por tempo
338 indeterminado, abriu o voto para o dia 24 a favor da democracia. O presidente em exercício
339 colocou em votação a data de 24 de outubro para dar início à suspensão do processo eleitoral.
340 A proposta foi aprovada, com 30 votos favoráveis, 12 contrários e 3 abstenções. O outro tópico
341 a ser votado é a retomada do processo eleitoral. A proposta é que o retorno se dê após a
342 aprovação dos calendários acadêmicos por este Conselho. O conselheiro Miguel Dinis disse que
343 alguns câmpus já estão paralisando e outros seguem seu curso. O presidente em exercício disse
344 que temos que avaliar na aprovação dos calendários, quando passam por este Conselho, as
345 datas em conjunto para que possa ocorrer o processo eleitoral. Na discussão do calendário os
346 diretores terão que se articular para que tenham essas datas em conjunto, para que possa
347 realizar o processo e aí esses calendários passam por este Conselho. Aprovados os calendários
348 neste Conselho, recomeça o processo eleitoral. O conselheiro Rafael disse que, no momento em
349 que reunir o Conselho para aprovar os calendários, não significa que naquele exato momento,
350 ou no dia seguinte ao Conselho, todos os câmpus já estarão a pleno funcionamento, pode ter
351 câmpus em férias; que talvez na reunião do Conselho para aprovar o calendário de todos os
352 câmpus, deva ser decidido quando retornará o processo, porque é quando saberemos em que
353 período teremos a janela dos dias necessários. O presidente em exercício refez a proposta: na
354 reunião para aprovação dos calendários acadêmicos, o Conselho definirá a data em que será
355 retomado o processo eleitoral. Colocada em votação, a proposta foi aprovada com uma

356 abstenção. A conselheira Daiani Luche leu a carta do Sinasefe, sobre o que está acontecendo e
357 da qual falou no início da reunião, antes de fazer a entrega oficial para o presidente em exercício,
358 documento este arquivado no material desta reunião. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada
359 a reunião e eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que após lida e aprovada,
360 será assinada pelos presentes.









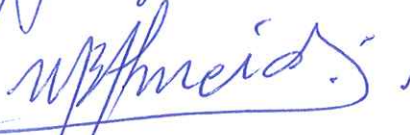






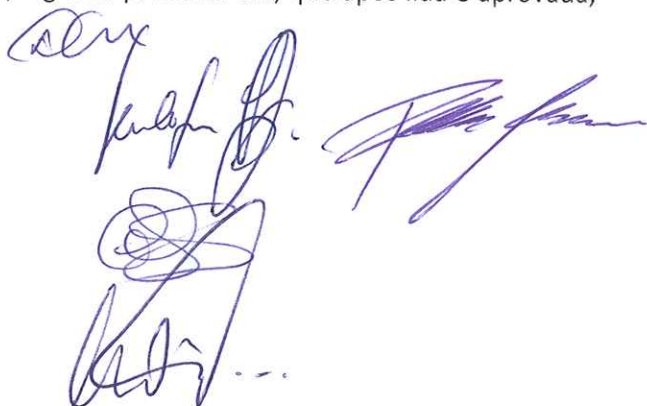












Flávia K. Costa

Bruna Oliveira

Ana Maria Zeller

